

Mudanças sociais, organização dos produtores e intervenção externa

Eric Sabourin

Na Região Semi-Árida do Nordeste, a criação de organizações de pequenos produtores é recente. Essas organizações datam, geralmente, dos anos 80 e da organização das comunidades de base pela Igreja Católica. Foram freqüentemente ligadas à intervenção do Estado federal, por intermédio de programas especiais de luta contra a seca: Polonordeste, Projeto São Vicente, Projeto Sertanejo e, finalmente, Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), co-financiado pelo Banco Mundial. Uma das principais linhas de ação desses projetos era a promoção das organizações de agricultores, que deveriam facilitar o acesso dos pequenos produtores à extensão, ao crédito e aos investimentos comunitários.

Novas formas de organização, promovidas em grande parte por uma intervenção externa, vieram sobrepor-se ou justapor-se às formas preexistentes de organização rural nordestina, marcadas pela reciprocidade camponesa (Sabourin et al., 1996b, 1997a). Essas últimas dotaram-se de novos modos de funcionamento, particularmente em termos de interface com o mundo exterior, sempre conservando e adaptando práticas e valores de reciprocidade.

28826
.....

Para compreender tais evoluções e interações, descreveremos inicialmente os diversos tipos de organização dos agricultores familiares que existem no Nordeste semi-árido. Vários desses tipos foram estudados no contexto de dispositivos locais de pesquisa-ação: em Massaroca e Pintadas, BA; em Tauá, CE; em Nossa Senhora da Glória, SE; no agreste da Paraíba e nos perímetros irrigados de Juazeiro, BA, e de Petrolina, PE. Em seguida, examinaremos os mecanismos de construção dessas organizações de produtores, para terminar por uma análise das relações entre as comunidades rurais, suas organizações e os agentes exteriores.

A diversidade das formas de organização rural

No Nordeste, a família, o sítio, a comunidade, as redes de proximidade que preexistiam à criação das associações e cooperativas de agricultores constituem formas de organização regidas, em grande parte, pela reciprocidade camponesa. O sindicato, a cooperativa e a associação dos produtores, formalizados em um contexto jurídico reconhecido pela sociedade nacional, pertencem à categoria das organizações profissionais agrícolas.

As estruturas informais e a reciprocidade camponesa

As organizações informais não têm status jurídico. Seu funcionamento está ligado ao reconhecimento pelo grupo local de regras transmitidas de uma geração a outra e garantidas pela autoridade dos chefes de família. Entre essas formas de organização resultantes de regras ou de normas sociais de origem camponesa, distinguem-se a comunidade rural chamada de sítio ou comunidade, as prestações de ajuda mútua – o mutirão – e, enfim, as redes de proximidade ligadas aos sistemas de relações interpessoais (Sabourin & Tonneau, 1998).

As comunidades

Uma grande parte dos agricultores do Nordeste semi-árido vive hoje em aldeias chamadas de sítios ou comunidades. Essas localidades

agrupam, freqüentemente, os agricultores que ocupam terras de alguma antiga propriedade – fazenda – desmembrada e dividida, seja por sucessivas heranças, seja por transação ou doação. Alguns proprietários foram obrigados a vender ou a ceder um pedaço de terra aos vaqueiros ou aos meeiros que haviam se instalado em suas terras, para aproveitar uma mão-de-obra disponível, a baixo custo. Muitas vezes, a comunidade mantém o nome da fazenda de origem. Geralmente, os membros da comunidade são descendentes de um antepassado comum, fundador ou primeiro proprietário “camponês” da ex-fazenda, e conservam estreitos laços de parentesco (Fig. 17). Na comunidade de Lagoinha (Juazeiro, BA), em 1991, de cada cem habitantes, somente sete não descendiam do antepassado fundador.



Fig. 17. Casamento na comunidade de Lagoinhas, Massaroca, Juazeiro, BA.

O termo comunidade é recente. Ele foi introduzido

pela ação pastoral da Igreja Católica que, durante os anos 70 e 80, organizou numerosas comunidades eclesiais de base na região. Desde então, a comunidade reúne “as famílias que rezam juntas”. Essa denominação, aliás, não se limita às comunidades católicas. A comunidade de Caldeirão do Tibério (Juazeiro, BA) reúne exclusivamente famílias evangélicas. O termo comunidade, mais moderno que sítio, foi de fato retomado pelos programas de ação comunitária, implantados pelo governo federal durante os anos 80.

A comunidade, tradicionalmente dirigida por um conselho de chefes de família, regula o acesso aos recursos coletivos: a terra, em particular os pastos comuns, a água e os equipamentos comuns. Ela trata dos casos de litígio nos contratos de meias. Suas competências estendem-se às práticas de redistribuição e trocas de trabalhos ou de solidariedade interfamiliar. Essa solidariedade manifesta-se

por doações de alimentos e auxílios em trabalhos sem retorno sistemático, no caso de colheitas mal sucedidas, doença ou acidente em alguma das famílias. A maioria dos produtores reconhece que, devido às repetidas secas, nos últimos anos, as famílias só reúnem-se de maneira espontânea para ajudar um vizinho em dificuldades ou nos raros momentos de abundância relativa. É aí, então, que são pagas as promessas feitas ao santo padroeiro da comunidade ou a um dos santos populares do Nordeste (São Gonçalo, São Cristóvão), com danças e rodas, para as quais são convidados os vizinhos e amigos.

As prestações de ajuda mútua – O mutirão

O termo mutirão designa dois tipos de cooperação camponesa de origem autóctone. Uma concerne os bens comuns e coletivos (construção ou conservação de estrada, escola, barragem, cisterna), a outra, os convites de trabalho para o benefício de uma família, geralmente trabalhos penosos (desmatar um campo, erguer uma cerca, construir uma casa, etc.). A palavra “mutirão” viria do guarani *potirom*, que significa colocar mãos à obra (Beaurepaire, 1956). Chama-se, também, “batalhão”, em Massaroca (Juazeiro) e “boléia” ou “balaio”, em outras zonas da Bahia. De fato, a família que se beneficia dá um cesto (balaio) de alimentos aos trabalhadores. Em Pintadas, chama-se de “boi roubado” pois, outrora, o pecuarista beneficiado pela ajuda devia sacrificar um boi. Hoje ele fornece principalmente aguardente ou cerveja.

Essa prática está associada à festa que motiva a ajuda mútua. No caso do mutirão, o número de diárias de uma família não é contabilizado. Entretanto, a pressão social pressupõe a participação de todas as famílias da comunidade. Os homens jovens e adultos são mobilizados para o trabalho pesado, as crianças e os adolescentes, para a limpeza das fontes de água, as mulheres, para descascar mandioca antes da farinhada. A regulamentação das diversas formas de mutirão é característica da lógica da reciprocidade autóctone ou camponesa. Trata-se da partilha de “prestações totais” (Mauss, 1950), geradoras de laço social, de valores humanos que expressam-se por hospitalidade, ajuda mútua, solidariedade na produção e na vida cotidiana e por meio da redistribuição da força de trabalho no seio da comunidade. A prática não é obrigatoriamente

igualitária, já que há um retorno, mas sem descontos ou simetria de prestações¹⁹. Se pode existir uma forma de concorrência, é na redistribuição de alimentos ou de bebida pela família que recebe ajuda. A prodigalidade confere prestígio e renome, sinônimos de autoridade e poder nos sistemas de reciprocidade. Temple (1983) já havia proposto, a partir de observações em comunidades indígenas e camponesas da América Latina, considerar a reciprocidade não como uma contradívica igualitária, mas como “uma obrigação para cada um de fornecer a dádiva, como forma de organização da redistribuição econômica”.

As práticas de mutirão relativas às infra-estruturas comunitárias foram, em um primeiro momento, limitadas aos pastos coletivos e às fontes de água: caldeirões, cacimbas nos aluviões, aguadas e açudes (ver capítulo *Manejo da água em sistema pluvial de sequeiro*). Desde a intervenção da Igreja e do Estado, cisternas comunitárias, barragens em riachos intermitentes, casas de farinha mecanizadas e escolas multiplicaram-se. Tais infra-estruturas são aproveitadas por todos os membros da comunidade. Em contrapartida, esses últimos devem assumir certos deveres: participar da conservação e limpeza, respeitar o uso dos pontos de água (alguns reservados para a lavagem de roupas e banho, outros para uso animal, outros para água potável). A mobilização e a organização antigamente eram garantidas pelo proprietário da fazenda ou pelo patriarca da comunidade. Contrariamente às profecias de Hardin (1968), relativas a uma inevitável degradação dos bens comuns pelo excesso de uso, ou àquelas de Olson (1978), quanto ao fracasso paradoxal da ação coletiva, os camponeses do Sertão souberam encontrar modos de gestão comum das reservas de água e dos fundos de pasto, sem comprometer sistematicamente o acesso aos mesmos, nem a sua reprodução.

São os processos de modernização agrícola, particularmente a irrigação no Vale do São Francisco, que comprometeram esses equilíbrios. A construção de barragens, como a de Sobradinho, levou à erradicação da pesca e da agricultura de vazante na região, sem oferecer outras possibilidades de renda às comunidades. As especulações fundiárias nas zonas de implantação dos perímetros

¹⁹ O que diferencia o mutirão da permuta e da troca, que também existem: fala-se, então, da troca de diárias.

irrigados provocaram a invasão ilegal dos fundos de pasto. A solução negociada entre o Estado e os camponeses, a concessão de título coletivos de propriedade desses pastos comuns às associações comunitárias, funcionou relativamente bem, até que a administração federal pretendeu cobrar um imposto territorial. Quanto aos recursos hídricos, com a intervenção externa e a construção de cisternas e de barragens públicas, os trabalhos de manutenção passaram a ser menos motivadores, pouco rigorosos e, freqüentemente, controversos. O estatuto dessas novas infra-estruturas coletivas é ambíguo quanto à questão de direitos de uso e deveres. Conflitos e negociações relativos à sua manutenção surgiram entre usuários e, sobretudo, com os poderes públicos. Para as comunidades, o Estado deveria assumir a manutenção e o funcionamento dos equipamentos coletivos que construiu para o uso público, freqüentemente antes de uma eleição. Os serviços federais consideram que são bens comunitários, frutos da cooperação entre a população e o Estado, cuja manutenção deve ser assegurada pelas coletividades locais. Na verdade, esse tipo de infra-estrutura passaria do estado de bem comum ao de bem público, no sentido dado por Ostrom & Ostrom (1978)²⁰.

Redes de interconhecimento ou de proximidade

Os estudos realizados em Pintadas, Nossa Senhora da Glória e Juazeiro confirmam, por um lado, que os produtores criam, adaptam e trocam conhecimentos técnicos e, por outro, que a observação mútua e o diálogo representam um importante papel quanto à inovação agrícola e organizacional. As relações interpessoais de vizinhança, de proximidade ou de ajuda mútua entre produtores desenham estruturas em rede (Darre, 1986a; 1986b; Albaladejo, 1994). Em contrapartida, as redes de diálogo técnico²¹ decorrem das relações no seio dos grupos de vizinhança, mas também fora deles, com outros grupos locais ou com agentes externos. É essa relação com a alteridade que, como mostrou Darre (1996), permite

²⁰ Ostrom & Ostrom (1978) definem os bens públicos por seu acesso livre a todos, e os bens comuns como aqueles submetidos a restrições de acesso ou de direito ao uso.

²¹ Darre (1986a) define uma cadeia de diálogo como o desenho dos laços entre as pessoas que permite prever quem fala a quem, mais provavelmente, entre quem e quem as idéias têm maiores possibilidades de se transmitir e de serem transformadas.

progressivamente aos grupos locais modificarem suas práticas integrando novas normas. De fato, os agricultores inovadores ou experimentadores, freqüentemente fora das normas em relação ao grupo local, ganham discípulos muito lentamente e geralmente, no início, fora de suas localidades. Quanto ao diálogo no seio do grupo local, os produtores de Massaroca estabelecem uma diferença nítida entre competências em matéria de criação e de agricultura – plantação ou roça (Fig. 18). Os agricultores reconhecem que observam os comportamentos e os resultados de uma nova técnica ou de uma nova variedade entre alguns vizinhos considerados inovadores: aqueles que não hesitam em experimentar ou que têm

os meios de fazê-lo. Mas nem por isso eles adotam as mesmas práticas. Por um lado, nem todos os produtores de um grupo local ou de uma mesma rede de diálogo dispõem dos mesmos meios fundiários, financeiros e técnicos (Sabourin & Tonneau, 1998; Sabourin et al.,



Fig. 18. Reunião informal em Pintadas, BA.

1999). Por outro, como mostrou Darre (1986b), é freqüentemente o peso social do grupo ou do patriarca que fixa as normas. O essencial, porém, é que isso seja objeto de conversa, e que a informação circule.

É, por exemplo, graças a essas redes de relações entre pequenos e grandes proprietários, que ultrapassam a escala comunitária e municipal, que foram difundidas a palma forrageira (*Opuntia* sp.), introduzida nos anos 40, e a algaroba (*Prosopis juliflora*), leguminosa forrageira arbórescente importada do Peru nos anos 50. A informação outrora veiculada de uma região para outra pelos políticos, pelos vaqueiros e jornalistas é hoje transmitida pelas lideranças das associações, os pluriativos (jovens assalariados, produtores-comerciantes), pelos atravessadores (fretistas, comerciantes) e, lógico, pelos agentes mediadores externos: técnicos, padres,

vereadores. As idéias, as informações e os fatos ou objetos técnicos circulam por canais cuja geometria é permanentemente redesenhada.

Organizações profissionais

As organizações formais de produtores constituem estruturas sócio-profissionais e voluntárias. Alguém não se torna membro da associação por essência ou por nascimento, como ocorre na comunidade, mas por escolha e graças a uma relação contratual (pagamento de uma cota). Encontram-se três formas clássicas de organização profissional agrícola no Nordeste: o sindicato, a cooperativa e a associação de produtores.

Os sindicatos de agricultores

A representação dos agricultores familiares e dos assalariados da agricultura é realizada pelos Sindicatos Municipais dos Trabalhadores Rurais – STRs –, federados à Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, no âmbito dos Estados e da União. Os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais do Nordeste apareceram nos anos 50, na zona açucareira do litoral, onde rapidamente foram alvo de lutas políticas marcadas pela influência das Ligas Camponesas, do Partido Comunista e da Igreja Católica. O Golpe Militar de 1964 acabou com essa dinâmica. Assim, na Região Semi-Árida, a maior parte dos sindicatos foi criada sob a tutela do Estado durante a ditadura militar; depois, emanciparam-se nos anos 80. Com o objetivo de desviar os sindicatos de trabalhadores de suas funções de reivindicação sem, entretanto, proibi-los, o Estado militar lhes confiara a assistência médica no meio rural. A nova Constituição brasileira de 1988 fez a mesma coisa, confiando-lhes a gestão local dos fundos de aposentadoria agrícola. Essa função constitui, aliás, atualmente a principal atividade da maioria dos sindicatos municipais dos trabalhadores rurais da região, e assegura freqüentemente o essencial de sua base eleitoral.

Nos locais onde os conflitos fundiários ou salariais dos anos 70 e 80 levaram a lutas coletivas e a alianças com setores (igrejas, partidos políticos, sociedade civil, organizações não governamentais), os sindicatos adquiriram uma capacidade de mobilização e uma

legitimidade de representação dos agricultores familiares (Fig. 19). Eles puderam, assim, imprimir uma dinâmica local que deu lugar à implantação de uma reforma agrária, de projetos ou de conselhos de desenvolvimento rural e de organizações profissionais agrícolas em escala municipal. Em Tauá e Pintadas, eles obtiveram nas eleições municipais de 1996 uma participação na administração local e um controle da gestão local do setor agrícola.



Fig. 19. Reunião local dos membros do sindicato em Remígio, PA.

Cooperativas agrícolas

As primeiras cooperativas de produtores criadas no Nordeste reuniram grandes e médios proprietários, que assim tinham a possibilidade de se beneficiarem de auxílios públicos: os produtores de algodão do Ceará e da Paraíba, os produtores de leite das zonas do Agreste da Bahia, Pernambuco e Sergipe. Os agricultores nordestinos conservaram uma lembrança negativa das cooperativas. Estas eram freqüentemente associadas a interesses políticos ou clientelistas e a sistemas de gestão propícios ao desvio de fundos. Os agricultores adquiriram o hábito de dizer que “cada cooperativa tem um dono”. A cooperativa leiteira de Tauá, freqüentemente fechada por falta de matéria-prima, foi financiada em 1987 com recursos do governo federal.

Nas regiões estudadas, três tipos de organização cooperativa foram identificados, sempre associados a uma tutela externa. Nos projetos de irrigação de Bebedouro, Mandacaru e Maniçoba, em Petrolina e Juazeiro, as cooperativas foram criadas diretamente pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf. Nos projetos de reforma agrária, como Lagoa do Angico, em Petrolina, Lameiro, em Pintadas, ou Dois de Maio, em Madalena, CE, a cooperativa foi implantada pela direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST –, criado no Rio Grande do Sul. O gerente é quase sempre um dirigente do MST

vindo do sul. No distrito de Marruas, em Tauá, a Cooperativa dos Pequenos Produtores de Inhamuns – Coopepi – foi administrada e financiada por uma organização não-governamental estrangeira. Quando os camponeses são afastados de sua gestão, a cooperativa transforma-se em uma nova autoridade gestora dos bens comuns (água, perímetro irrigado, moenda), um atravessador para o acesso ao mercado (leite, frutas, algodão), até mesmo um novo patrão.

A cooperativa tem um estatuto de sociedade que permite, contrariamente à associação, acumular capital, declarar lucros e distribuir benefícios a seus membros. Além do fato de facilitar o abastecimento e a comercialização, esse estatuto confere direito a algumas formas de auxílio, como o crédito subsidiado, por muito tempo inacessível às associações.

Associações de produtores

A associação de produtores constitui o modelo de organização local dos agricultores familiares nordestinos que teve maior desenvolvimento ao longo dos últimos 15 anos. Trata-se, com frequência, para o Estado ou para o município, de um meio de criar estruturas de redistribuição clientelista por intermédio dos políticos locais. A maioria das associações surgiu da junção de três fatores: a necessidade das comunidades de dotarem-se de representações jurídicas; a intervenção de atores externos, como a Igreja, as organizações não-governamentais, os serviços de extensão e os projetos públicos; a existência de apoios ou de financiamentos reservados a projetos associativos ou comunitários (subsídios ou créditos públicos no caso de seca), geralmente com vocação produtiva.

As associações do distrito de Massaroca, Município de Juazeiro, reúnem cerca de 300 famílias. Elas foram criadas entre 1983 e 1988, no marco de um projeto público de demarcação e legalização dos títulos públicos de propriedade coletiva das terras de fundos de pasto. Em 1989, nove dessas associações juntaram-se para criar o Comitê de Associações Agropastoris de Massaroca – CAAM (Sabourin et al., 1996a; 1996b).

O Centro Comunitário de Serviços de Pintadas – CCSP –, na Bahia, surgiu também em 1989, por meio das migrações sazonais, para a safra da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo. Foi criado graças ao apoio da pastoral dos emigrados e reúne cerca de 30

comunidades e associações locais em torno de um projeto de desenvolvimento rural de agricultura familiar do conjunto do município de 12 mil habitantes e 500 km² (Sabourin et al., 1997c).

Essas organizações formais de direito associativo são baseadas na adesão voluntária e foram criadas essencialmente para garantir a defesa de interesses e a gestão de bens comuns. A associação reúne freqüentemente o conjunto dos membros da comunidade, mas em torno de um objetivo específico, de caráter voluntário. Trata-se, geralmente, de um projeto de tipo produtivo ou econômico, centrado nas novas funções relativas àquelas das famílias ou das comunidades: acessos aos financiamentos e aos equipamentos coletivos (escola, água, eletricidade, posto de saúde), comercialização ou transformação coletiva dos produtos agropecuários, apropriação de terras, etc. A estrutura e o funcionamento dessas organizações dependem da legislação federal e da Constituição brasileira. São associações de direito civil com fins não lucrativos. Elas têm a obrigação de redigir e registrar seus estatutos, eleger e renovar sua direção e seu conselho fiscal. Na realidade, as regras que prevalecem são readaptadas pela comunidade ou por seus líderes. As eleições decorrem freqüentemente de um simulacro, como em muitas associações no mundo inteiro. As decisões importantes são tomadas antes das reuniões formais e públicas, dentro do quadro de relações de proximidade e de poder entre clãs familiares e grupos locais.

A associação é o tipo de organização profissional preferida pelos agricultores porque é fácil registrar seus estatutos e adaptar seu modo de funcionamento e porque ela não é submetida a nenhum controle fiscal por parte da administração. Ela serve tanto às iniciativas camponesas ou comunitárias quanto aos patrocinadores políticos e administrativos, e seu sucesso foi rápido. Em inúmeros casos, como em Pintadas, Tauá ou Massaroca, a convergência entre reivindicações camponesas e propostas de participação dos projetos públicos permitiu revitalizar e reforçar verdadeiras dinâmicas autônomas de desenvolvimento local da agricultura familiar.

A diversidade das organizações: complementaridade ou contradição?

A grande diversidade das formas de cooperação e organização é devida à permanência de práticas de reciprocidade camponesa e

à adaptação constante de novas formas de coordenação da ação coletiva. Diversas teorias tentam explicar as lógicas que regem o comportamento dos indivíduos e dos grupos. Elas resultam de três paradigmas, dois bem estabelecidos e um terceiro mais complexo. Caille (1998) os resume: “o individualismo (metodológico) pretende fazer derivar quaisquer ações, regras ou instituições dos cálculos mais ou menos conscientes e racionais efetuados pelos indivíduos. O holismo [...] coloca, ao contrário, que a ação dos indivíduos (ou dos grupos, classes, ordens) apenas exprime uma totalidade que lhe é preexistente [...] e coloca uma série de obrigações, de dívidas”. Segundo Caille (1998), o terceiro paradigma, o da reciprocidade ou da dádiva, aplica-se “a qualquer ação ou prestação efetuada sem espera imediata ou sem a certeza de retorno, tendo em vista criar, manter ou regenerar o laço social, e que comporte, por somente esse fato, uma dimensão de gratuidade”.

Nas comunidades do Sertão, a reciprocidade não é sempre obrigatória, nem exclusiva do interesse (individual ou coletivo), da troca ou de obrigações sociais. Entretanto, ela é freqüentemente esperada, na medida em que ela é indispensável a algumas famílias e, então, à qualidade das relações humanas e à ordem social. Por exemplo, as prestações de trabalho são freqüentemente necessárias para passar períodos de pique de trabalho ou para realizar algumas tarefas, como o desmate, a marcação dos animais e a construção de cercas. Regenerar o laço social não depende somente do convívio ou da solidariedade, mas também de um conjunto de práticas que contribuem para tecer a essência das relações que levam à criação e ao respeito dos valores humanos (Temple & Chabal, 1995). Aliás, Caille (1998) escreveu: “A dádiva não é pois absolutamente desinteressada, em um sentido. Simplesmente ela privilegia tanto os interesses de amizade (aliança, afetividade, solidariedade...) e de prazer e/ou de criatividade quanto os interesses instrumentais e a obrigação ou a compulsão. A obstinação das religiões ou de numerosos filósofos em procurar uma dádiva plenamente desinteressada é pois sem objeto”.

Permanência das estruturas de reciprocidade camponesa

Observa-se a permanência de relações de reciprocidade por meio dos mecanismos de dádiva, mutirão e convite. A dádiva

intrafamiliar é freqüentemente simétrica. Ela manifesta-se pelo dote dado às filhas e pelas dotações para a instalação dos jovens, essencialmente sob a forma de rebanhos, constituídos desde o nascimento a partir da descendência de algumas fêmeas. Está, também, associada às relações afetivas privilegiadas, como as de compadres. O apadrinhamento recíproco entre duas famílias sem laços de parentesco é uma forma de aliança que permite multiplicar as redes para além da esfera local, das classes sociais e das categorias sócio-profissionais. A dádiva generalizada, oferecida a todos, observa-se por ocasião dos convites e das festas locais, religiosas (pagamento de promessas, celebração dos santos padroeiros), familiares (batismos, casamentos, funerais) ou domésticas (abate e preparo de um animal).

A lógica de reciprocidade é um marco importante da produção, de sua transmissão (partilhas e dádivas por ocasião das cerimônias, festas, dotes, heranças), e também da gestão dos recursos e dos fatores de produção. O acesso gratuito à água dos açudes, às terras de vazante, aos pastos coletivos, à mão-de-obra da comunidade ou do grupo local (por convite de trabalho ou mutirão) constitui uma redistribuição dos fatores de produção. Trata-se de partilha de bens coletivos, mas, também, de uma forma de dádiva produtiva. A constituição dos dotes (animais, terras ou mesmo dinheiro), a realização de festas familiares ou religiosas, a hospitalidade (às vezes estendida ao rebanho do vizinho, em caso de seca) são outras formas de dádiva que levam ao crescimento da produção na medida das possibilidades das famílias e dos imprevistos do clima.

Além da complementaridade (mutirão) e do interesse coletivo (solidariedade), a redistribuição anima a produção no contexto da reprodução da dádiva, que constitui um dos principais motores da economia local (Temple, 1983). A reciprocidade gera assim, pela redistribuição, uma produção socialmente motivada, que constitui um fator de desenvolvimento econômico além da satisfação das necessidades elementares da população (subsistência) ou da aquisição de bens materiais por permuta ou câmbio. A motivação social da produção pode ser, na verdade, tão poderosa quanto o interesse do ganho ou do acúmulo por troca mercantil (Temple & Chabal, 1995). Assim, podemos distinguir as redes de reciprocidade das redes de troca (algumas podem ser mistas ou complementares),

que correspondem a lógicas específicas de motivação da produção ou de inovação. Na prática do mutirão, não se contam as diárias de trabalho; mas na prática de troca de diárias, estas são contabilizadas e devolvidas, de uma família para outra, às vezes no mesmo tipo de trabalho. A troca pode mesmo monetarizar-se. Alguns agricultores pagam um volante em vez de garantir diretamente a prestação. Eles assumem, assim, seu dever material, mas, na opinião da comunidade, não respeitam seu dever social.

Tentativas de adaptação às mutações econômicas

Atualmente, as regras ancestrais de reciprocidade camponesa, estabelecidas essencialmente em torno da redistribuição dos fatores de produção (terra, trabalho e técnicas) e do acesso parcial ao mercado local, não atendem mais ao conjunto das exigências das atividades agropecuárias, principalmente daquelas que implicam a intervenção dos poderes públicos. As comunidades recorrem, então, a novas formas de organização, para assumir novas funções: defender os interesses profissionais e gerenciar as aposentadorias, os sindicatos; fornecer os insumos e comercializar os produtos, as cooperativas; oferecer acesso aos financiamentos e gerir investimentos e equipamentos coletivos, as associações.

A criação de organizações formais específicas dos agricultores familiares constitui um limiar de evolução em matéria de interface com a sociedade global. A integração ao mercado e à sociedade global (administração, escola, igrejas, serviços técnicos) levou a sociedade rural nordestina, as comunidades a dotarem-se de novas estruturas de representação, de cooperação e de troca monetária, sem para isso abandonar certas formas de organização e, principalmente, os valores e as práticas da reciprocidade camponesa.

Apesar da inadaptação de tais estruturas jurídicas, a organização formal dos produtores pode corresponder à modernização da reciprocidade camponesa ou, ao contrário, privilegiar o desenvolvimento das trocas comerciais, pela implantação das cooperativas, por exemplo. O primeiro caso de figura é ilustrado pelas associações agropastoris das comunidades de Massaroca, criadas para garantir o acesso aos fundos de pasto em um contexto de especulação fundiária ligado aos projetos de irrigação do Vale do São Francisco; o segundo caso, pelas cooperativas dos perímetros irrigados.

Em todos os casos, essas organizações são destinadas a gerir a interface entre o mundo doméstico local (família, comunidade) e a sociedade externa: mercado, administração, cidade (Berthome & Mercoiret, 1997). Algumas vezes, a mudança de sistema de organização leva a uma confusão dos valores e à adoção de lógicas e de estratégias de natureza diferente, e mesmo oposta. Este caso apresentou-se com a instalação dos criadores camponeses nos perímetros irrigados do Vale do São Francisco. Confrontados com a lógica da integração ao mercado por meio das produções frutíferas ou hortícolas intensivas, eles devem realizar uma mutação, não somente em seu sistema de produção, mas também em seu sistema de valores e referências, ou abandonar a irrigação (Sabourin et al., 1998b). No primeiro perímetro irrigado da região, Bebedouro, em

Petrolina, há conflito entre a lógica da troca mercantil e a lógica da reciprocidade. Uma parte dos produtores assentados pelo Estado continua a privilegiar uma lógica camponesa. Satisfaz-se com o sistema de pecuária familiar, assegurado pela irrigação das forragens e com o prestígio local obtido por prêmios nas vaquejadas. Essa situação, perfeitamente legal, mantém-se, para o desespero dos poderes públicos, que desejam impôr a generalização da produção de mangas ou de uvas. Essa produção, considerada mais lucrativa, é necessária, para assegurar a sobrevivência da cooperativa que comercializa as frutas (mas, não o gado) e procura acumular lucros (e não troféus de vaquejada).

Processos de construção da ação organizada

Crozier & Friedberg (1977) lembram que a ação coletiva, isto é, a ação organizada, não é um fenômeno natural, mas "uma construção social, cuja existência levanta problemas e cujas condições de surgimento e reprodução precisam ser explicadas". Em outros termos, trata-se de compreender a elaboração e adaptação dessas construções sociais que são as regras, as normas e as convenções. Segundo esses mesmos autores, a organização é um instrumento da ação coletiva que pode ser definida em relação a um conjunto de ações ou de funções. Mas é necessário distinguir os princípios e mecanismos que mobilizam essa ação coletiva.

As observações conduzidas no Nordeste confirmam a operacionalidade da leitura proposta por Ostrom (1992), segundo a qual a construção da ação organizada se estabelece em torno de três processos diversamente realizados e combinados: a delegação de poder e de responsabilidade; a aprendizagem coletiva; a regulamentação, no sentido do estabelecimento de novas regras coletivas. Em contrapartida, essas observações, como já vimos a propósito da continuidade das práticas de reciprocidade, estabelecem os limites de uma análise exclusivamente funcional, como a de Olson (1978)²².

Esses três modos de construção de ação organizada analisados separadamente não devem dar a falsa impressão de que são as fases sucessivas de um processo único, linear ou seqüencial. A delegação de poder é permanente no seio de qualquer tipo de organização. Do mesmo modo, as reações contra as antigas regras ou as críticas a normas existentes levam a novos fenômenos de aprendizagem e de regulamentação. Estes manifestam-se, também, em função das transformações do contexto, do acesso à informação ou, então, da anomia ²³ própria a qualquer sistema de regras (Reynaud, 1993).

Delegação de responsabilidade

A delegação de poder e de responsabilidade pelos membros de um grupo está associada a três mecanismos: a representação que eles têm de sua identidade coletiva; a identificação de indivíduos iniciados ou experientes capazes de representar o grupo e de ser seu porta-voz; na falta de alguém com esse perfil, privilegia-se o reconhecimento de uma autoridade competente ou reconhecida socialmente, em particular nos sistemas hierárquicos ou de reciprocidade vertical. Nos casos estudados, essa autoridade representativa pode mesmo ser de fora do grupo local de produtores e agir como aliança ou como tutela. Há alguns anos, a imagem do grande proprietário, simples fazendeiro ou coronel local, era incontornável. Hoje, as comunidades rurais têm uma escolha mais vasta de interlocutores e de alianças, mas que também podem esconder novas formas de tutela. Pode ser o caso dos políticos locais,

²² A ação coletiva foi definida por Olson (1978) como a ação de um grupo cujos membros são motivados por um objetivo comum, por exemplo, produzir ou obter bens comuns ou coletivos.

²³ Anomia: enfraquecimento ou deterioração das normas e dos valores.

da Igreja ou da companhia de gerenciamento, nos casos dos perímetros irrigados públicos. Paralelamente a essa delegação de poder, sob uma dependência mais ou menos assumida, há delegações de responsabilidades no quadro de alianças de classes, por meio dos sindicatos e das alianças profissionais, graças às associações e às câmaras setoriais por produtos (tomate, leite, etc.). Algumas delegações de poder parecem, a priori, paradoxais: os colonos dos perímetros irrigados de Maniçoba e Curaça, na Bahia, a fim de reivindicar os títulos de propriedade de suas parcelas, apelaram para o MST, melhor preparado do que suas próprias organizações, para organizar as manifestações (Sabourin et al., 1998a).

A delegação de poder interna ao grupo local está geralmente associada aos líderes, quer eles sejam dirigentes eleitos das organizações ou autoridades comunitárias. Segundo Olson (1978), a ação coletiva decorre de uma minoria não representativa do grupo. A maioria dos membros espera que os outros ajam, de modo a ter acesso aos bens coletivos sem despender esforços, no caso de sucesso, e sem correr riscos, no caso de fracasso (a figura oportunista do "tira o corpo fora"). Esse postulado poderia, a rigor, esclarecer certos promotores de operações de desenvolvimento comunitário que crêem que há fracasso na ausência de uma mobilização majoritária ou unânime na base do grupo. Isso não corresponde, entretanto, à maioria dos casos estudados, mormente nos pequenos grupos, onde a força e a permanência da reciprocidade camponesa, geradora de laços sociais, mostram-se capazes de dominar o interesse individual.

Os líderes são, antes de tudo, aqueles que têm a capacidade e a vontade de assumir riscos, ou boas razões para fazê-lo. A ação organizada está ligada, também, à existência de um núcleo de indivíduos particularmente motivados, ativos, possuindo recursos ou uma capacidade de antecipação e determinação suficientes para redistribuir seu tempo e suas idéias. Entre os agricultores, por exemplo, trata-se freqüentemente de um produtor que pode contar com a mão-de-obra de sua família ou assegurar um substituto quando precisar viajar ou participar de reuniões. Encontramos essas características entre os principais dirigentes das comunidades do Nordeste, inclusive nos perímetros irrigados de implantação mais recente.

Além do discurso fácil e do carisma pessoal, que são a essência dos líderes camponeses, três constantes podem ser identificadas: uma

experiência de migração urbana, uma situação econômica estabilizada (posse de terras, rebanho importante, veículo pessoal ou pequeno comércio) e uma posição de intermediário ou de mediador (amigo de um político local, chamado cabo eleitoral). Para a organização da produção ou da ação coletiva, além de ser convincente, o líder deve saber angariar meios, recursos e homens. Para mobilizar os recursos, pode haver uma conjunção entre o carisma do discurso comunitário e o interesse individual. Essa combinação pode provocar confusões de interesses e gerar desvios de recursos, até corrupção. Os desvios de recursos por parte dos dirigentes podem ser tolerados e, mesmo, encorajados pelos camponeses, na medida em que eles forem objeto de uma redistribuição imediata entre os membros do grupo, no lugar de um investimento incerto freqüentemente sinônimo de diferenciação socioeconômica (Sabourin et al., 1996b). Entretanto, há também casos de corrupção e reprodução do modelo clientelista nordestino, em particular quando o controle do grupo é limitado, ou nas estruturas importantes cuja gestão é confiada a terceiros, como as cooperativas dos perímetros irrigados.

A habilidade dos responsáveis pelo comitê de Massaroca é de ter sabido gerir a interface entre lógicas locais camponesas de reciprocidade e lógicas de concorrência e de troca. Para a gestão dos recursos coletivos, das relações de proximidade, das alianças, dos apadrinhamentos políticos e das redes familiares, o comitê apoiou-se na comunidade e no mutirão. Para negociar o apoio à produção agropecuária, à sua valorização no mercado ou para ter acesso a infra-estruturas coletivas, ao crédito, etc., o comitê apresentou-se como uma federação de associações de produtores profissionais (Sabourin et al., 1996a).

Aprendizagem coletiva

A aprendizagem coletiva concerne não aos conhecimentos privados dos indivíduos, mas aos conhecimentos por eles mobilizados por meio da experiência coletiva, da interação ou da organização (Midler, 1994). A noção de aprendizagem corresponde então a uma representação da organização que dá ênfase à experiência e ao comportamento dos sujeitos.

A aprendizagem de novos savoir-faire mobilizáveis por e para a ação coletiva passa pela criação de um referencial comum, o que coloca o problema dos conhecimentos e das representações coletivas. Nos sistemas em mutação, os conhecimentos, não sendo mais transmitidos e adquiridos, devem ser reconstruídos. A aprendizagem coletiva pode ser assimilada a um processo de racionalidade de procedimento tal como a definiu Simon (March & Simon, 1971), aplicado a uma coletividade. Em um contexto onde a informação é limitada, essa construção passa pela produção de referências locais que se baseiam na sucessão de experiências, provas bem-sucedidas, fracassos e ajustamentos, e levam a representações comuns e a tomadas de decisão coletivas (Fig. 20).

Em Massaroca, as negociações das comunidades ou das associações com a

administração pública foram precedidas por uma fase de aprendizagem das regras ou, pelo menos, das práticas, das especificidades e das prioridades próprias de cada instituição. Tais indicações permitiram construir um referencial comum e logo estabelecer um verdadeiro diálogo entre produtores e técnicos, que ultrapassa as fases da recusa total ou da aceitação em bloco de proposições externas. São esses objetos, construídos na ação e por referência a uma história de ação compartilhada, que permitem, em seguida, a avaliação crítica pelos produtores das inovações e das operações de desenvolvimento.

Antes do reconhecimento dos objetivos comuns, a aprendizagem coletiva passa pela confrontação de diversas representações individuais ou coletivas. A nova representação coletiva conserva, freqüentemente, especificidades endógenas. Darre (1985) mostra que ela difere, por exemplo, do modelo técnico externo veiculado pela extensão rural. Em Pintadas, os grupos de irrigação comunitária foram considerados pelos



Fig. 20. Elaboração coletiva de um mapa local em Lagoa do Meio, BA.

agricultores como espaços de experimentação coletiva de inovações – que eles não tinham meios de testar em sua propriedade – e não como cooperativas de produção (modelo dos técnicos) ou como comunidades eclesiais de base (modelo da Igreja).

As representações podem estar ligadas a práticas anteriores interiorizadas como regras. Nos perímetros irrigados, o pagamento de taxa pelo uso da água traz problemas, pois a água fica associada à representação do rio, isso é, um recurso gratuito. Os jovens do grupo de artesanato em couro de Massaroca viveram a experiência dolorosa de um fracasso de uma unidade comunitária, sem ter considerado a hipótese da empresa individual, simplesmente porque eles imaginaram que as instituições só os apoiariam num contexto coletivo. De um modo geral, o pagamento de serviços imateriais (crédito, formação, assistência técnica) coloca a questão da representação dos custos (e dos valores de mercado) em um universo de referências domésticas, pouco ou recentemente monetarizado e sujeito a práticas de reciprocidade.

A necessidade de interfaces pode, assim, surgir dos problemas de acesso a mercados cada vez mais segmentados e marcados por novas exigências em termos de condicionamento e de qualidade dos produtos. Nos perímetros irrigados públicos de Petrolina e de Juazeiro, a má gestão das cooperativas acarretou uma desvalorização de suas produções de uvas de mesa e melões. Os colonos abandonam as cooperativas e constata-se a recomposição de estruturas coletivas para a comercialização ou a transformação dos frutos, por pequenos grupos baseados em relações de proximidade e de confiança. Diante do fracasso da gestão das cooperativas por tutelas externas, observam-se tentativas de autogestão doméstica da função de comercialização em comum. Mas, para perenizar essas experiências, ter acesso aos financiamentos bancários e a mercados mais favoráveis, os colonos se vêem obrigados a criar novamente associações e mesmo cooperativas. Diferentemente do modelo anterior, as formas e os princípios de organização não são mais impostos por tutelas (Sabourin et al., 1998a).

Estabelecimento de regras

O estabelecimento de novas regras comuns é, em si, a finalização de processos de decisão coletiva. Esses processos podem

passar pela experiência ou pela crítica das fases enunciadas anteriormente: crítica da delegação de poder, necessidade de ultrapassar a fase experimental de aprendizagem e de estabilizar as práticas por regras comuns. A regulamentação pode passar, por sua vez, pela transmissão de regras ou de normas locais (familiares, comunitárias). Pode, também, apoiar-se em contextos jurídicos (legislação), ser condicionada por tutelas externas (grandes proprietários, igrejas) ou ainda ser construída por meio da aprendizagem coletiva. Os modos de regulamentação funcionam, essencialmente, a partir da aplicação de normas ou de convenções, estas sendo entendidas como marcos de referência comuns que facilitam o acordo entre indivíduos.

De uma maneira geral, as regras nas quais os atores se apóiam apresentam três características essenciais (Favereau, 1994). Primeiramente, são respostas a perguntas práticas: como proceder para usar um trator coletivo quando vários agricultores membros da associação precisam dele ao mesmo tempo? Como amortizar esse investimento coletivo se, durante a maior parte do ano, os membros do grupo não têm necessidade dele? O programa de uso do trator e a prestação de serviços a terceiros baseiam-se, portanto, na formulação e no reconhecimento de novas regras.

Em segundo lugar, as regras são outros tantos modelos que devem ser validados: a conformidade não é jamais automática. Há uma grande flexibilidade na adaptação e na interpretação dos estatutos e regulamentos das associações, em particular para a eleição das diretorias. Também há tentativas de transgressão por parte dos indivíduos. Alguns agricultores de Massaroca fizeram de tudo para não pagar as anuidades do crédito associativo ou para retardar os prazos de vencimento, apesar das regras definidas. Favereau (1994) lembra que “a regra não é nunca uma solução totalmente pronta...porém uma heurística”.

Terceiro, as regras são instrumentos que aumentam a capacidade de ação individual. No caso do crédito associativo em Massaroca e em Pintadas, o respeito a novas regras comuns adaptadas às condições locais permitiu o acesso individual ao investimento e à inovação técnica, fato impossível no contexto do crédito bancário oficial.

A construção social das regras consiste em negociar mecanismos de funcionamento e, sobretudo, de reprodução do sistema. Coloca em jogo atores locais e também externos. Isso não acontece sem conflitos entre atores pertencentes a categorias distintas, a mundos diferentes: líderes e técnicos, jovens e anciãos, agricultores e pecuaristas. Em um microcosmo local, destaca-se, por vezes, uma dramatização excessiva dos conflitos. Toda crise é então facilmente interpretada como um drama, pelos técnicos, enquanto se trata frequentemente apenas da socialização de um conflito, quer dizer, de um processo de negociação. Segundo Livet & Thevenot (1994), "as regras são procedimentos de processamento e de interpretação dos conflitos, portanto, de revisão dos marcos de ação e não são determinantes da ação imediata". A noção de regra pode ser assim associada à capacidade de antecipação dos atores, que se baseia no reconhecimento e na qualificação de objetos comuns ou de referências. A validação coletiva dos objetos comuns, o que Livet & Thevenot (1994) chamam de objetos convencionais (que operam como convenções): estatutos da associação, planos de trabalho do trator, regulamento interno da cooperativa, projeto de desenvolvimento local do distrito ou do município.

A dinâmica de formulação de regras deve igualmente levar em consideração o conjunto das estratégias e das representações cruzadas dos atores. Cada um procura assegurar-se das intenções dos outros e verificar as expectativas recíprocas. Pode então realizar-se o que Favereau chama de "equilíbrio de regras", isto é, "o compromisso entre regulamentos originários de princípios de justificação diferentes, levando a situações onde vários sistemas de regras coexistem" (Requier-Desjardins, 1997). Por exemplo, a gestão do trator coletivo de Massaroca associa regras comerciais (venda de serviços) e regras domésticas ou de reciprocidade (preferência aos agricultores membros do comitê, prioridade às famílias sem mão-de-obra).

Tem-se necessidade de novas regras na medida em que se muda de mundo ou de princípio de justificação (Boltanski & Thevenot, 1991). O mutirão é uma instituição camponesa do mundo doméstico, marcada pela divisão entre os sexos, a gerontocracia e a reciprocidade ampliada. Suas regras não têm nada a ver com o novo sistema de contabilidade das prestações de trabalho do motorista do caminhão ou de locação de trator da associação, ditadas pelas

obrigações de amortização do material e pela legislação do trabalho, isto é, por convenções comerciais, industriais e cívicas. Há, nesses casos, uma criação e uma validação de novos estatutos fixados pela institucionalização progressiva das formas de ação coletiva. É umas das diferenças entre associação e comunidade, entre cooperativa e mutirão, entre adesão por contrato e pertencimento social, entre secretaria geral eleita e líder comunitário cooptado, entre presidente do conselho fiscal e patriarca do sítio. A formalização ou a institucionalização das organizações de produtores pode tornar-se necessária para legitimar práticas camponesas recíprocas ou normas sociais ancestrais, como o mutirão, o manejo dos fundos de pasto ou da água (dos açudes, das cisternas) (Sabourin et al., 1997b).

Organização dos produtores e intervenções externas

As intervenções de agentes externos ao grupo local (comerciantes, Igreja, administração, serviços técnicos, etc.) marcaram a evolução da agricultura familiar no Nordeste, como mostram os estudos das trajetórias de desenvolvimento local (ver capítulo *Evolução dos espaços locais*). Após uma referência às estratégias dos produtores diante dos atores externos, examinaremos a influência dessas intervenções nos fenômenos de aprendizagem e nos mecanismos de regulação da organização.

Intervenções externas e estratégias camponesas

Segundo as suas dinâmicas de organização, os agricultores familiares desenvolvem três tipos de estratégia coletiva em relação às intervenções externas. Entre recuo e autonomia de um lado, dependência e tutelamento do outro, a negociação seletiva aparece como a via mais favorável à emancipação e ao desenvolvimento local. Mas sua implementação levanta numerosas questões.

Autonomia camponesa

Esta estratégia apresenta características ligadas não tanto às formas da agricultura de subsistência, mas à permanência de relações

típicas das sociedades camponesas, no sentido dado por Mendras (1976). Trata-se de situações de relativa autonomia econômica e social em relação à sociedade global, e de distanciamento em relação aos agentes externos. Os produtores são pouco especializados (policultura e criação diversificada) e mantêm relações dominadas pela proximidade e pelo interconhecimento. Em outros termos, trata-se de um mundo regido por convenções domésticas (Boltanski & Thevenot, 1991) e estratégias coletivas anti-risco de tipo defensivo (Yung & Zaslaswki, 1992).

Concretamente, encontra-se essa estratégia nos casos de localidades isoladas, por razões geográficas (certos sítios do Município de Pintadas), econômicas (a comunidade de Calumbi, no Ceará, depois da crise do algodão), mas também religiosas: a comunidade evangélica do Caldeirão do Tibério, em Massaroca, recusa-se a participar das reuniões ou das manifestações que não sejam religiosas (festas, assembléia da escola ou da associação).

O quadro das mudanças técnicas está limitado às redes intercomunitárias; a circulação das informações é reduzida. As redes interpessoais e de proximidade representam certamente um papel importante. As redes locais não poderiam ser substituídas pelas comunicações com o exterior e pela intervenção externa.

Dependência em relação às intervenções externas

O coronel nordestino, cuja imagem está sempre presente, foi substituído por outras tutelas: políticos, proprietários de terra, Igreja, e mesmo por organizações não governamentais ou serviços técnicos públicos. Essas tutelas são às vezes sutis ou insidiosas, na medida em que elas se aproveitam do isolamento e da ignorância para reproduzir laços de dependência por meio da afetividade, da proximidade e da assistência. As formas de paternalismo e de clientelismo foram estudadas no Nordeste (Amman, 1985) e em outras Regiões do Brasil (Lena et al., 1996). No Sertão nordestino, elas permitem reproduzir a dependência, menos pela coerção que pelo poder de redistribuição econômica. As lideranças locais podem assim ser apenas simples atravessadores, integrados como substitutos avassalados dos poderosos: comerciantes, grandes proprietários, políticos locais (Sabourin et al., 1996b). O retorno à democracia e às eleições livres, em um contexto de analfabetismo e de dependência socioeconômica, reavivou as práticas clientelistas.

Nem a tradição paternalista brasileira (Freyre, 1989) nem as aspirações messianistas das sociedades nordestinas são suficientes para explicar a permanência dessas tutelas. Cada vez que um movimento social consegue se estruturar no meio rural, o Estado e as classes no poder, antes de enfrentá-lo ou de negociar, procuram logo desviá-lo ou colocá-lo sob tutela. Podemos, historicamente, verificar a reprodução desse fenômeno ao longo dos últimos 30 anos, sob os regimes militares ou civis.

Em resposta à organização das ligas camponesas nas zonas de cultura de cana-de-açúcar do Nordeste, nos anos 60, a promulgação do Estatuto da Terra e do Estatuto do Trabalhador selou e oficializou o desvio da reforma agrária para a colonização da Amazônia, e o desvio da ação sindical para a assistência social e médica (Amman, 1985). Por ocasião do retorno à democracia, nos anos 80, a reorganização ativa dos sindicatos de trabalhadores rurais nordestinos, com o apoio da Confederação Única dos Trabalhadores – CUT –, foi obstruída por uma série de programas especiais, cujo apogeu foi o Projeto de Apoio à Pequena Produção – PAPP –, administrado com base na participação. Indiretamente, o Estado financiou as estruturas dos sindicatos da Contag que participavam do conselho de administração do PAPP, porém desviando-os, dessa vez, para uma função burocrática de planejamento muito mais que de apoio à organização. Paradoxalmente, o PAPP está na origem da maioria das atuais associações de produtores, organizadas com o apoio não mais da Contag, mas da Emater, dos políticos locais ou das administrações municipais.

Nos anos 90, o crescimento do MST e a afiliação nacional da Contag à CUT levaram à redistribuição fundiária e às primeiras e tímidas medidas de apoio aos assentamentos de reforma agrária (Projeto Lumiar) e, finalmente à implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf –, que prevê créditos específicos aos agricultores familiares. As condições de acesso submetido ao crivo das administrações dos municípios, do Estado e dos bancos federais (Banco do Brasil e Banco do Nordeste) são tais que, na zona semi-árida do Nordeste, somente alguns produtores privilegiados, que oferecem garantias suficientes aos banqueiros, podem se beneficiar dos créditos. Entretanto, o Pronaf

contribuiu para consolidar uma das medidas introduzidas pelo PAPP: a discussão democrática do financiamento de infra-estruturas coletivas. Os conselhos municipais de desenvolvimento rural, surgidos nos anos 90, têm, daí em diante, um papel importante a esse respeito (Abramovay, 1998).

De uma maneira geral, a desestruturação das formas de reciprocidade camponesa provoca situações de dependência: fim da autonomia relativa do mercado, especialização dos produtores e redução das relações econômicas e sociais de proximidade. Essa dependência é particularmente exacerbada em duas situações: a desestruturação das comunidades camponesas após a crise das produções comerciais tradicionais (algodão, sisal, mamona, etc.), por um lado, e o assentamento de agricultores (colonização de novas terras, implantação de perímetros irrigados ou de reforma agrária) de outro lado.

A situação de dependência tecnológica e organizacional é ilustrada pela difícil evolução dos pequenos produtores dos perímetros irrigados públicos de Petrolina e Juazeiro, depois de o Estado ter-se descomprometido. As cooperativas criadas e geridas indiretamente pela administração federal durante quase 10 anos encontram-se desprovidas no momento de suas emancipações. Frequentemente, elas faliram ou se submeteram a novas tutelas: gerentes externos, políticos locais, comerciantes ou industriais (contrato com indústrias de tomates e manufaturas de tabaco).

Negociação seletiva

A intervenção técnica, pública ou privada, é geralmente decidida no âmbito das decisões distantes da realidade dos produtores. A planificação, ainda com frequência tecnocrática, favorece a difusão de pacotes técnicos padronizados. Os agricultores familiares não estão representados nesse nível de planificação. A negociação dos apoios se efetua então no plano local, onde as relações com as autoridades políticas são possíveis, embora frequentemente marcadas pelo clientelismo.

A criação da maioria das organizações de produtores, nos anos 80, coincide com o fim do regime militar. Independentemente dos antecedentes devidos à tradição centralizadora brasileira (desde o

Império e o estabelecimento da República), a ditadura traduziu-se por carências de organização e de representação da sociedade civil, em particular no mundo rural. O desafio é, pois, suscitar a organização de produtores parceiros dos poderes públicos, com os seus problemas de legitimidade no processo de representação, mas também de escala de representação. De fato, não há representação da população aquém do nível do município. Uma das alternativas passa pela união de associações comunitárias, a fim de mobilizar, institucionalmente, mais força e poder de representação local. Ela se traduz pela reunião dos agrupamentos de base em federações: comitê de associações do distrito de Massaroca, conselho ou centro de serviços comunitários em escala municipal, em Tauá e Pintadas. Esses mecanismos reproduzem-se em outras regiões nas mesmas escalas, como em Silvânia, GO.

Em certos casos, há coincidência entre a escala da organização dos produtores e aquela da administração municipal, o que facilita a negociação e a representação. Em outros, há divergências, e isso por diferentes razões, o que justifica a participação dos agricultores nas redes de poder, porém segundo outros princípios.

Desenha-se assim a configuração de um modelo de organização que associa uma estrutura federal de tipo planificadora e estruturas gestórias descentralizadas. O papel do comitê de Massaroca e de seus dirigentes é ter uma visão ampla e política da situação, saber captar informações, recursos e novas referências, mediatizar as alianças. Às comissões temáticas e às associações locais cabem as funções de manejo das ações coletivas e a negociação ou a articulação com as ações individuais. Em Pintadas, o centro comunitário de serviços agrega também, na escala municipal, cerca de 30 agrupamentos ou associações de base (Sabourin et al., 1997c).

O comitê de Massaroca jamais desejou aumentar o número de suas associações membros a fim de não ter que dividir recursos ou privilégios duramente conquistados. Durante vários anos ele não se preocupou em negociar alianças ou cooperações com outras organizações de produtores em escala municipal (Sabourin et al., 1996a). Foi somente em 1997 que o CAAM negociou projetos de

transformação dos produtos locais com as organizações dos municípios vizinhos de Jaguarari e Uauá. Essas negociações passam igualmente por intermédio de agentes de desenvolvimento e mediadores, individuais ou institucionais, que Olivier de Sardan (Sardan, 1995) chama de corretores do desenvolvimento. Os líderes camponeses afirmam-se como os mais sérios concorrentes dos mediadores tradicionais: políticos, Igreja, funcionários (Sabourin et al., 1996b).

As organizações de produtores tentam transformar o apoio das tutelas em novas alianças, procurando as mediações que favorecem o estabelecimento de relações diretas com as administrações ou o exterior. Trata-se, para os produtores, de ampliar o campo dos contatos e de diversificar as fontes de ajuda a fim de limitar a dependência. Em seguida, essas relações podem evoluir em termos de reciprocidade das prestações. É o caso dos contatos entre o grupo dos produtores, das trocas entre organizações, das visitas de estudo, que constituem um dos mais eficazes métodos de formação e de aprendizagem coletiva. A troca entre os produtores das Hautes Garrigues^{NT} do Hérault e aqueles do sertão de Juazeiro, por ocasião da visita à França de seis deles, originou a formação do Comitê de Massaroca. A cooperação entre as paróquias da Bélgica, Itália e Espírito Santo permitiu um suporte para a criação da Escola Familiar Rural de Pintadas.

As organizações de produtores de Massaroca, Tauá e Pintadas constituem, a diferentes títulos, referências para a agricultura familiar nordestina, em matéria de negociação das ajudas exteriores. Cada uma desenvolveu uma estratégia específica: mediatização em Massaroca, organização social e política em Tauá, organização municipal em Pintadas. Encontram-se, entretanto, três critérios comuns a essas diversas experiências:

- A valorização de oportunidades ou de atributos locais, a capacidade de aproveitar as ocasiões e, sobretudo, de definir um projeto local, territorial e de identidade.
- A diversificação das alianças, contando, entre outros, com a cooperação internacional, que é gerida como um exercício de legitimação, como uma validação e uma marca de hospitalidade e de prestígio, isto é, de reciprocidade.

- A prioridade dada à formação, a começar pelos jovens, que traduz a vontade e a capacidade de aprendizagem – comissões de tecnologia e formação sindical em Tauá, escolas familiares rurais em Pintadas e Massaroca (Sabourin et al., 1997a).

Da mediação à informação: o apoio à aprendizagem

A existência e mesmo a consciência de um interesse comum não bastam para o desenvolvimento de uma ação coletiva. Esta precisa, muitas vezes, ser estimulada, suscitada, acompanhada ou apoiada. Como os projetos individuais, os projetos coletivos dependem de modelos, de projeções mais ou menos oníricas, ou seja, de uma certa dose de sonho.

No caso da ação coletiva, o modelo ou a sua representação deve ser particularmente sugestivo e, ao mesmo tempo, concreto e transmissor, utilitário e mítico, o que depende dos canais e dos mediadores, mas também, da qualidade da referência. Esta deve estar em sintonia com a demanda ou a necessidade potencial do grupo. Inicialmente, as referências foram principalmente externas, com o impacto das migrações para o Sul do País a partir dos anos 50: pastoral da migração, em Pintadas, rito de passagem por São Paulo, em Massaroca. Institucionalmente, essas referências foram primeiro ligadas à ação da Igreja Católica na época das comunidades eclesiais da base nos anos 70. Era a época do sonho da idade de ouro comunitária e da dimensão espiritual da fraternidade. Essa dimensão religiosa, longe de constituir um “ópio do povo”, foi e continua sendo essencial, pois está associada a valores espirituais e éticos. Essa dinâmica foi retomada pelos técnicos dos serviços públicos, nos anos 80. Estes beneficiavam-se, principalmente, da capacidade de redistribuição de recursos materiais, em particular durante o período dos projetos e dos créditos especiais em favor da pequena produção. Inicialmente divididas entre a dinâmica tecnológica, mas percebida como liberadora, as tecnologias apropriadas ou alternativas e os discursos da educação popular (conscientização, formação sindical), as organizações não-governamentais souberam consolidar sua intervenção no local. Souberam, muitas vezes, tecer laços de reciprocidade com os

produtores e, em alguns casos, alimentar com informações e com referências as organizações de produtores e as redes locais. Em outros casos, elas tornaram-se novas tutelas exógenas, captando os recursos públicos ou aqueles da cooperação internacional, em nome dos camponeses, das mulheres e das crianças abandonadas.

Esse estímulo externo é ainda mais eficaz quando ele toma os canais das relações sociais preexistentes: parentesco, compadrio, redes de diálogo ou de comunicação interpessoal (Sabourin & Tonneau, 1998). Darre (1996) mostrou que essas redes coincidem com grupos profissionais locais, marcados por uma forte intensidade das relações interpessoais, e que elas veiculam normas técnicas. Mudar normas, inovar, pressupõem freqüentemente o acordo coletivo do grupo local ou de seus membros mais respeitados.

Em escala local, a formalização da rede de diálogo pode ser suscitada no contexto de uma intervenção, por exemplo, por intermédio de um grupo de interesse. Este reúne os produtores interessados para dialogar e experimentar juntos, em torno de um tema técnico ou institucional específico (Tonneau, 1994; Tonneau & Sabourin, 1999). Tais grupos de interesse foram testados no contexto dos projetos de pesquisa-ação, em Massaroca, Tauá e no agreste da Paraíba (AS-PTA-, 1997), e do projeto de irrigação Senador Nilo Coelho, em Petrolina.

O grupo de interesse integra produtores e técnicos, mas está aberto a personalidades exteriores escolhidas por suas competências, seu interesse, sua capacidade de levar as aspirações dos grupos em outros meios. O grupo de interesse tem por incumbência elaborar um programa de trabalho mobilizador dos recursos materiais e humanos, acompanhar as ações de documentação e de experimentação e organizar a difusão da informação colhida ou criada. O acompanhamento é assegurado por reuniões e visitas periódicas. A difusão dos resultados e sua avaliação permitem uma nova programação. A originalidade do grupo de interesse reside na implementação de um espaço estruturado de diálogo entre produção, desenvolvimento e pesquisa para realizar tarefas de planificação e de experimentação normalmente efetuadas por técnicos ou pesquisadores (Tonneau & Sabourin, 1999).

Pudemos verificar o papel das redes de proximidade e dos grupos de interesse em escala do sítio ou da comunidade, em matéria de diálogo técnico, de produção de normas e de difusão de inovações. De fato, as malhas temáticas de diálogo técnico e de inovação (criação caprina, construção de açudes ou de cisternas, cultura de uvas de mesa) estruturam-se essencialmente em escala de vários municípios. Elas integram outros atores individuais e institucionais além dos produtores familiares, que podem ser, por exemplo, grandes criadores (no que concerne a experimentação forrageira), organizações de produtores (de leite ou uvas), centros de pesquisa e de difusão (Emater, Embrapa, organizações não-governamentais) ou, finalmente, indivíduos competentes, pessoas-recurso (agentes bancários, comerciantes, técnicos da agroindústria ou da firma de insumos).

A sociologia das inovações faz referência aos sistemas de inovação localizados ou às redes tecno-econômicas. Hubert (1997) realiza uma adaptação rural da noção de rede tecno-econômica proposta por Callon (1991). Para ele, a rede sociotécnica coloca em relação os atores individuais e institucionais em torno de objetos comuns ou de objetivos determinados. Essa rede é constituída por parceiros ou interlocutores técnicos locais que contribuem para a discussão, a circulação das informações e a validação das inovações, concorrendo assim para a produção, às vezes discreta e, mesmo confidencial, de referências locais. Identificadas e acompanhadas, essas referências podem ser sistematizadas, valorizadas e difundidas.

O conceito de rede é particularmente útil para identificar formas de coordenação por aprendizagem coletiva. Ele permite trabalhar sobre o informal, sobre estruturas pouco aparentes que, entretanto, têm um sentido para a organização local. A hipótese segundo a qual as intervenções exógenas ganham em eficácia se utilizarem essas redes é corroborada, como no caso das construções dos açudes, das culturas forrageiras e da piscicultura, em Pintadas. As noções de rede tecno-econômica e de espaço de negociação, propostas por Callon (1991), mostram como pesquisadores, difusores e outros atores do desenvolvimento participam de uma construção social da realidade, que constitui em seguida um marco de referência para sua ação local.

Intervenção reguladora e institucionalização das relações

A intervenção externa também tem um papel regulador em relação às comunidades rurais e às organizações de produtores. Ela pode favorecer a aprendizagem da autonomia, construindo ou contribuindo para elaborar regras, mas também acompanhando a adaptação e a apropriação dessas regras comuns. Em Pintadas, as restrições bancárias em matéria de financiamento dos investimentos produtivos foram parcialmente superadas graças à intervenção da Sudene, que apoiou a organização de grupos de produtores "irrigando coletivamente"²⁴. Foi o apoio do Instituto de Terras da Bahia à criação das associações comunitárias em Massaroca que permitiu redefinir e regulamentar o acesso aos fundos de pasto e seu uso.

Paralelamente ao processo de descentralização e de municipalização dos serviços públicos, observa-se uma institucionalização das relações entre os técnicos e os produtores. Constatamos, cada vez mais, uma contratualidade dessas relações por intermédio das organizações não-governamentais, das organizações agrícolas e, recentemente, das cooperativas de técnicos, no caso dos programas de reforma agrária. Do mesmo modo, na opinião das organizações de produtores, assiste-se a uma formalização progressiva da intervenção externa. Após uma fase pioneira ou histórica, caracterizada por intervenções personalizadas (o primeiro padre, o primeiro dirigente sindical, o primeiro técnico), a assistência técnica ou financeira estabelece-se daí em diante em um contexto formal. Este abre espaço para atos escritos (acordos, reuniões, estatutos) e para a assinatura de convênios. As relações externas conhecem, então, uma fase de contratualidade marcada por regulamentos mais complexos em matéria de acesso e de gestão das ajudas financeiras. Essa transição é diversamente antecipada e manejada pelas associações de produtores. Ela toma o sentido de uma renovação das formas de apoio institucional: contratação da assistência técnica e da extensão, por um lado, como em Massaroca, e criação de cooperativas e de sociedades mútuas de crédito rural, por outro, como é hoje o caso em Pintadas.

²⁴ Mesmo se originalmente tratava-se, para os técnicos da Sudene, de viabilizar em escala coletiva investimentos impossíveis em escala individual (a construção e a utilização produtiva de açudes), esses investimentos garantiram o prosseguimento da inovação técnica e organizacional.

Conclusão

O quadro proposto para analisar a construção da organização permite articular mudanças sociais, mudanças técnicas e contexto institucional ou, em outros termos, evoluções endógenas e intervenções externas. As transformações institucionais observadas no Nordeste são características de várias dinâmicas de evolução. Elas traduzem diversas formas de gestão da passagem de uma economia camponesa regulada pela reciprocidade para sistemas mistos, mais integrados ao mercado regional e ainda marcados pelas regras da sociedade camponesa.

Além da clássica oposição entre comunidade e sociedade ou de esquemas redutores do tipo subsistência/integração ao mercado ou pré-capitalista/capitalista, encontra-se uma diversidade de situações de coabitação e de negociação entre valores e mundos diferentes, à imagem das cidades (domésticas, comerciais, industriais, cívicas, etc.) propostas por Boltanski & Thevenot (1991)

Há continuidade e mesmo modernização das relações de reciprocidade, de modo a garantir formas de coesão social ou de proximidade, praticáveis em um novo contexto e de maneira a aproveitar novas oportunidades. Uma tal aprendizagem não acontece sem tensões entre os indivíduos e os grupos que entravam a coordenação, mas podem ser resolvidas pela construção de novas regras. Estas dependem, às vezes, de intervenções externas para facilitar o reconhecimento de objetos comuns. Com frequência, a solução passa por novas formas de organização e pelas definições de ações locais ou territoriais. Esse tipo de dispositivo permite uma abertura externa para projetos mais vastos, uma escala de organização mais ampla (federação) e para alianças específicas, técnicas, políticas (redes sociopolíticas e sociotécnicas). Nesse sentido, existe uma atualização da dinâmica de reciprocidade camponesa. É o que expressam produtores nordestinos que participam das trocas entre agricultores, com aqueles do Sul do Brasil ou com aqueles das *garrigues* francesas.

As análises apresentadas permitem também definir melhor os eixos de intervenção das instituições de pesquisa e de desenvolvimento. Primeiro, elas contradizem o discurso dominante das instituições quanto à ausência, à fragilidade ou à incapacidade

de organização dos agricultores do Nordeste, habitual contraponto da seca para explicar o fracasso das políticas públicas: “eles não são organizados, é preciso enquadrá-los”. Assim, a cada seca, o Estado financia as frentes de emergência, implicitamente interpretadas como reminiscências da escravidão, dos trabalhadores forçados da época colonial ou das diárias devidas ao proprietário. Ao contrário, o modelo de evolução das formas de organização proposto oferece um marco no qual podemos nos apoiar para conceber uma intervenção externa, reconhecendo explicitamente a promoção de novas formas de organização como um objetivo específico.

As intervenções da pesquisa agrônoma e o apoio à produção agropecuária são exercidos de modo explícito na escala das unidades de produção, isto é, no âmbito da ação individual dos produtores. Ora, essas intervenções são dirigidas e planejadas por instituições organizadas em escala do Estado ou do município, isto é, no que se refere à ação pública. A articulação entre esses níveis, muitas vezes distantes, levanta um duplo problema: como passar de conhecimentos e de intervenções produzidos em escala da unidade de produção à definição de políticas públicas em escala municipal ou regional? Inversamente, como planejar em escala do Estado ou do município intervenções coerentes e adaptadas em escala das unidades produtoras, que levam em conta a diversidade dos sistemas de produção? As organizações de produtores em geral, da cooperativa às redes, passando pelas associações e sindicatos, são alguns dos recursos de ação coletiva que facilitam o diálogo e permitem os ajustes entre o nível da ação individual e aquele da ação pública. Mais difíceis de identificar, as redes sociotécnicas constituem um exemplo de estrutura informal que coloca em relação atores individuais e institucionais em torno de objetos comuns. O papel da pesquisa é identificar e definir, por um lado, esses objetos de convergência entre diversos atores, de outro lado, os métodos e instrumentos para estudá-los, compará-los e experimentá-los. Trata-se, em seguida, em termos de ação de desenvolvimento, de utilizar o conhecimento das formas de organização e das relações entre atores para alimentar e catalisar os mecanismos sociais e técnicos produtores de diálogo, de experimentação, de inovação e de projetos.

.....